

Ferries da Atlanticoline vão operar entre S. Miguel e Santa Maria

A empresa Atlânticoline vai contar na sua frota com dois navios elétricos, orçados em 25 milhões de euros, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), anunciou ontem o titular da pasta das Finanças dos Açores.

Duarte Freitas referiu que, no capítulo da descarbonização, vai haver uma “aposta inovadora em dois barcos elétricos para operarem nas ilhas do Triângulo (Faial, Pico e São Jorge), libertando os atuais da Atlânticoline para novas rotas, como por exemplo a rota Ponta Delgada-Vila do Porto”.

Verbas são do PRR

Falando em conferência de imprensa, o secretário regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública explicou que a tecnologia “hoje facultada a existência de barcos com um raio de ação Pico-Faial ou Pico-São Jorge”, sendo que “não existe ainda hoje tecnologia suficientemente madura para se ter barcos elétricos para outras rotas de maior distância”.

“Vamos apostar naquelas que vão dar mais movimento e geram mais produção de dióxido de carbono para descarbonizar essas rotas através dos dois barcos elétricos”, frisou Duarte Freitas.

Este investimento é possibilitado pelo reforço do PRR em 64 milhões de euros e através do RepowerEU, que prevê 31 milhões, segundo apontou o governante.

Linha de 22 milhões para empresas

Duarte Freitas referiu que o Governo dos Açores auscultou o Conselho de Concertação Social dos Açores e definiu como prioridades para a repartição das verbas o setor privado, a



Vão ser adquiridos dois ferries elétricos para operarem nas ilhas do triângulo, dispensando os actuais para outras rotas

descarbonização e o setor social.

Para além do investimento na descarbonização da economia, por via da aquisição dos navios elétricos, o Governo dos Açores vai proceder à abertura “pela primeira vez, de uma linha regional para o apoio direto às empresas, de 22 milhões de euros, para a sua modernização e transformação digital”, uma vez que as linhas existentes eram de âmbito nacional.

Outras verbas serão ainda alocadas à iniciativa privada no âmbito do PRR.

Reforço do programa “Novos Idosos”

O titular da pasta das Finanças referiu que, no capítulo do setor social,

vai haver um reforço do programa Novos Idosos, a par de “investimentos adicionais na economia social”.

O governante salvaguardou que, “corrigindo uma injustiça do atual PRR”, o Governo dos Açores propõe a alocação de verbas para investimentos a realizar pelo poder local, visando a sua modernização administrativa e a transição digital.

580 milhões disponíveis no PRR

Todas essas propostas do PRR foram já formalizadas junto do Governo da República para integrar o pacote de projetos nacionais, que irá ser submetido à Comissão Europeia.

Duarte Freitas indicou que, no ca-

pítulo do acesso das entidades regionais aos avisos nacionais do PRR, “já 22 milhões de euros foram aprovados em candidaturas regionais”.

De acordo com o responsável, “restarão 119 milhões de euros que serão geridos pelas autoridades nacionais com avisos a que as entidades regionais poderão aceder”.

No total, está em causa um total de 580 milhões de euros com o PRR Açores.

A conferência de imprensa serviu para apresentar uma plataforma (<https://fundoseuropeus.azores.gov.pt/>) que vai concentrar toda a informação relativa aos fundos comunitários, a que os cidadãos poderão aceder, uma promessa eleitoral do atual executivo açoriano.

SEF detecta estrangeiro com situação irregular numa acção aos passageiros dos ferries da Atlanticoline

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) realizou, na passada sexta-feira, durante 12 horas, várias ações de fiscalização e controlo aos ferries que efetuam o transporte de passageiros e mercadorias entre as ilhas do Faial, Pico e S. Jorge, em colaboração com a Guarda Nacional Republicana (GNR).

De acordo com o SEF, nos seis ferries controlados ao longo do dia, foram identificados 472 passageiros, 53 de nacionalidade estrangeira, um dos quais com um processo de afastamento coercivo de território nacional, tendo sido, novamente, notificado no âmbito do referido processo.

Nesta operação conjunta, o SEF incidiu a sua ação na deteção de cidadãos com eventuais medidas cautelares judiciais pendentes, com especial incidência nos menores de idade.

Já a GNR atuou no âmbito das suas competências fiscais, aduaneiras e ambientais, tendo registado algumas infrações de âmbito fiscal.

Além de seis inspetores do SEF da Delegação Regional da Horta, a operação contou com o apoio de 11 militares do Destacamento da Horta da GNR, segundo anunciou o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

